

**ATA DA OCTOGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO  
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e cinquenta e um minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que proceda à leitura da ata da sessão anterior. **PEQUENO EXPEDIENTE.**

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, deputados, deputadas, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems! *"Ata da Octogésima Primeira Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e cinquenta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Renato Câmara e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Lida e aprovada a Ata Noventa e Cinco da Octogésima Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 206/2025, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; e-mail da Embaixada do Brasil em Tóquio; Ofícios nºs 40.697, 40.701, 40.705, 40.709, 40.713, 40.717, 40.722, 40.726, 40.731 e 40.736/2025, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul. **SEGUNDA DO PARTE PEQUENO EXPEDIENTE** - Usaram da palavra os deputados Paulo Corrêa e Renato Câmara. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelas deputadas Lia Nogueira e Gleice Jane. **GRANDE EXPEDIENTE** - Não houve oradores inscritos. **ORDEM DO DIA** - Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 79/2025, de autoria do deputado Paulo Duarte. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 183/2025, de autoria do deputado Renato Câmara; Projeto de Lei nº 194/2025, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à Casa da Esperança, pela realização da festa de comemoração aos seus vinte e oito anos de fundação, celebrados no dia 31 de agosto; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à empresa Douraplas Mercado Total e Materiais de Construção LTDA, pelos dezesseis anos de relevantes serviços prestados ao município de Dourados, celebrados em 20 de agosto de 2025; requerimento de moção de congratulação, de autoria dos deputados Junior Mochi, endereçada ao senhor Sandro Miranda do Nascimento, pelo legado de dedicação à educação e pela relevante contribuição prestada ao fortalecimento do ensino em Mato Grosso do Sul e no Brasil, ao longo de mais de duas décadas de atuação profissional; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada à professora doutora Ana Aparecida Arguelho de Souza, em razão do lançamento do livro 'Navegando pelo mar de Ulisses', ocorrido no dia 8 de*

*setembro de 2025, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada ao senhor Teylor Fuchs Cardoso dos Santos, em razão do lançamento do livro 'Do Clube dos Fidalgos ao Cordão Valu: Alegria e Resistência Ocupando as Ruas da Cidade', no dia 11 de setembro de 2025; requerimento, de autoria do deputado Zeca do PT, solicitando a reserva do Plenarinho Deputado Nelito Câmara e serviços, para a realização de reunião com representantes de movimentos sociais de luta pela reforma agrária de MS; requerimentos de informações, de autoria da deputada Gleice Jane; indicações, de autoria dos deputados Lia Nogueira, Pedro Kemp, Mara Caseiro, Coronel David, Renato Câmara, Junior Mochi, Jamilson Name, Gleice Jane, Lucas de Lima, Roberto Hashioka.*  
**EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Usou da palavra o deputado João Henrique. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, onze de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco". Senhor presidente, foi lida a ata.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que proceda à leitura do expediente desta Sessão.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhoras e senhores deputados! Expediente da Sessão Ordinária de 16 de setembro de 2025: Ofício nº 251/2025, do Ministério da Educação, respondendo à moção de congratulação do deputado Renato Câmara (Prot. nº 3175/2025); Ofício nº 693/2025, da Confederação Nacional da Indústria, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 3150/2025); e-mails da Ouvidoria Senai, respondendo às indicações do deputado Zeca do PT (Prot. nº 3.150/2025); e-mail da Universidade Federal da Grande Dourados, Coordenadoria de Cultura, respondendo à moção de congratulação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3.161/2025); Ofício nº 142/2025, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Pedro Kemp e Zeca do PT (Prot. nº 2.621, 2.643/2025); Ofício nº 66/2025, da Defesa Civil de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Antonio Vaz (Prot. nº 3.044/2025); e-mail da Associação de Avicultura de Mato Grosso do Sul, respondendo à moção de congratulação do deputado Renato Câmara (Prot. nº 1.723/2025); Ofício nº 81/2025, da Motiva Pantanal, respondendo à indicação do deputado Junior Mochi (Prot. nº 1.806/2025). Senhor presidente, o expediente foi lido. Aproveito para me somar a todos nas orações pelo nosso querido amigo deputado Antonio Vaz, que está se recuperando de um infarto.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Registramos e agradecemos a presença do senhor Cristiano Lourenço da Silva, presidente do Projeto Asas do Futuro. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. A deputada Lia Nogueira tem um vídeo para exibir. Ele será apresentado depois do Expediente. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB)** — Bom dia, presidente, colegas parlamentares, público presente neste Plenário e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems! Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Marçal Filho, prefeito do município de Dourados, solicitando a realização de obras de pavimentação asfáltica nas ruas dos distritos de Macaúba, Guassu e Vila Formosa, em Dourados. A situação tem gerado transtornos diários à população, sobretudo em períodos de chuva, quando o acúmulo de lama dificulta a circulação, e nos períodos de seca, em que o excesso de poeira prejudica a saúde e o bem-estar dos moradores. A pavimentação é necessária para esses três distritos, que representam muito, principalmente para o desenvolvimento do setor agrícola do município de Dourados. Eu também trago aqui hoje, presidente, um requerimento, que fará parte do Grande Expediente. Daqui a pouco vamos falar sobre um episódio lamentável, deplorável e inaceitável, deputado Pedro Kemp, que ocorreu na madrugada de hoje na UPA de Dourados. Na verdade, é mais uma tragédia anunciada. Em novembro do ano passado, eu apresentei aqui uma indicação referente a um plano permanente de segurança para os profissionais de saúde de Mato Grosso do Sul, em especial para aqueles que atuam nas UPAs e nos postos de saúde que funcionam em horário estendido. É preciso garantir a integridade física e moral dos profissionais e dos pacientes. Daqui a pouco nós vamos mostrar os vídeos, deputada Mara Caseiro. São vídeos chocantes. Um paciente em surto promoveu um quebra-quebra na UPA de Dourados, destruiu completamente a área verde e quase teve acesso à área amarela, onde estão os pacientes em situação mais grave de saúde. As enfermeiras são, em sua maioria, mulheres (porque hoje 80% da enfermagem em nosso estado é formada por mulheres), e muitas delas são mães solo, que estão lá defendendo o ganha-pão de suas famílias. E aquelas mulheres não estão tendo a devida segurança para trabalhar. Muitas vezes, as enfermeiras e técnicas de enfermagem precisaram se trancar no banheiro para não serem agredidas. Detalhe: uma delas afirma ter se escondido para não ser agredida novamente. A situação em que se encontra hoje a saúde em Dourados e em Campo Grande é preocupante. Já houve casos de médicos e enfermeiros agredidos nas UPAs da Capital e na UPA de Dourados. Ano passado, em Douradina, um médico foi assassinado a golpes de faca por um paciente em surto; e os casos realmente são chocantes. Nós precisamos, enquanto Parlamento, fazer esta discussão. Nós formamos uma frente parlamentar aqui. No Grande Expediente, vamos detalhar melhor o caso, mas eu já quero adiantar esse requerimento. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder senhor Romão Ávila Miranda Júnior, procurador-geral de Justiça do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, solicitando que sejam tomadas as devidas providências e realizado o acompanhamento da apuração desse atentado ocorrido hoje de madrugada na UPA de Dourados contra profissionais de saúde e contra o patrimônio público também. Solicitamos que o Ministério Público intervenha no caso. Obrigada, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — Bom dia, senhor presidente, nobres pares, deputada Lia e todos aqui presentes! Eu trago um projeto de lei. Dispõe sobre a isenção da taxa estadual de emissão da Guia de Trânsito Animal (GTA). Artigo 1º - Fica concedida a isenção do pagamento da taxa estadual de emissão de Guia de Trânsito Animal para os animais que participarem de cavalgadas, provas equestres e demais eventos ligados ao meio rural, com caráter cultural, esportivo, tradicional, turístico ou beneficente, realizados no território do Estado de Mato Grosso do Sul. Parágrafo único - A isenção de que trata esta lei não desobriga o cumprimento das exigências sanitárias previstas na legislação vigente, conforme normas e regulamentos expedidos pelos órgãos competentes. Artigo 2º - O Poder Executivo poderá regulamentar esta lei para assegurar sua aplicabilidade, conforme dispõe o artigo 89, inciso 7, da Constituição Estadual do Estado de Mato Grosso do Sul." Essas manifestações fazem parte da identidade cultural e do patrimônio imaterial sul-mato-grossense, especialmente em comunidades do interior e em municípios que preservam as tradições do campo. Cavalgadas, romarias, festas rurais e eventos equestres, além de representarem expressões legítimas da cultura popular, também movimentam a economia local, geram emprego e promovem o turismo regional. É importante destacar que muitos desses eventos são promovidos com finalidades beneficentes ou comunitárias, sem fins lucrativos, sendo custeados por doações e pelo esforço voluntário dos participantes. A cobrança da taxa da GTA, especialmente nesses casos, acaba por representar um ônus desproporcional, que muitas vezes inviabiliza a realização de atividades que promovem a cultura, o esporte e o bem-estar coletivo. O projeto não interfere nas normas da sanidade animal, mantendo a obrigatoriedade dos exames, da vacinação e do controle sanitário. Além disso, o impacto financeiro da medida é reduzido e pode ser compensado pelo retorno econômico indireto gerado por esses eventos, que movimentam o comércio, a gastronomia, a rede hoteleira e o turismo rural em diversas regiões do estado. No mais, em cumprimento ao disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece a necessidade de estimativa do impacto orçamentário-financeiro para a concessão de benefícios, informamos que, embora a isenção proposta tenha um impacto orçamentário reduzido, estamos tomando todas as providências necessárias para o cumprimento integral dessa exigência legal. Para tanto, encaminharemos, na mesma data da propositura deste projeto de lei, uma indicação ao diretor-presidente da Agência Estadual de Defesa Animal e Vegetal e Agro (Iagro), senhor Daniel Ingold, solicitando que seja elaborada a estimativa do impacto orçamentário-financeiro, resultante da isenção da taxa de emissão da guia de trânsito animal (GTA) para os eventos previstos. A Iagro, por ser o órgão competente e detentor das informações necessárias, possui as condições para avaliar e dimensionar adequadamente o impacto dessa medida. Também discorro sobre alguns impedimentos que, muitas vezes, nós temos, mas que não ocorrem neste projeto de lei. Portanto, eu falo aqui do Direito Tributário, da produção e consumo, da proteção da fauna, do patrimônio histórico cultural, artístico, turístico e paisagístico, da cultura e do desporto. É uma demanda que há muito tempo nos é cobrada, por isso entramos com o projeto de lei. Outra indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Daher, solicitando a reforma geral e a ampliação da estrutura física da Escola



Estadual Treze de Maio, localizada no município de Eldorado. O pedido foi elaborado a pedido dos vereadores Ângela Dias, Neni, Valdeir, Toninho Tenente e Daiane Caquinha, do município de Eldorado. Era o que eu tinha, senhor presidente. Obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, bom dia! Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, com cópias ao senhor Lupércio Degerone Lúcio, delegado-geral da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul, e ao coronel QOPM Renato dos Anjos Garnes, comandante-geral da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, solicitando a garantia de apoio profissional especializado em saúde mental aos policiais civis e militares que enfrentam sofrimento psicológico e se afastam com frequência do trabalho, em razão de transtornos mentais e comportamentais. A atividade policial está entre as mais exigentes do serviço público, impondo aos profissionais uma rotina de risco, pressão constante e elevado desgaste emocional. Essa realidade tem se refletido em números preocupantes, relacionados a transtornos mentais, licenças médicas e, de forma ainda mais grave, nos índices de suicídio dentro das corporações. Estudos recentes apontam que Mato Grosso do Sul figura entre os estados com maior taxa de suicídio entre policiais civis e militares, superando, inclusive, unidades da Federação com efetivos muito mais numerosos. Além disso, dados internos revelam que os transtornos mentais e comportamentais estão entre as principais causas de afastamento por licença médica, alcançando 30% de todas as licenças na corporação analisada. Os diagnósticos mais comuns são transtornos neuróticos ligados ao estresse e à ansiedade, e transtorno de humor. Isso pode levar a pessoa à depressão, o que evidencia a urgência de uma política efetiva de prevenção e cuidado. O tema, que ganha maior visibilidade no mês de setembro com as campanhas de valorização da vida, não pode se restringir a ações pontuais de conscientização. É necessário um programa contínuo de apoio psicológico e psiquiátrico, conduzido por equipes multidisciplinares capacitadas com protocolos de prevenção, atendimento individualizado e estratégias institucionais de combate ao estigma que ainda cerca a saúde mental no meio policial. Garantir esse suporte é não apenas uma medida de valorização da categoria, mas também uma forma de preservação da integridade daqueles que dedicam sua vida à proteção da sociedade sul-mato-grossense. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, e ao delegado-geral da Polícia Civil, Lupércio Degerone Lúcio, solicitando estudos no sentido de rever o valor fixado para o plantão de 11 horas suplementares para os policiais civis, conforme o Decreto nº 16.669/2025, uma vez que o valor estabelecido ficou muito inferior à hora de trabalho dos policiais civis. Na última sexta-feira, foi publicado este decreto, que institui o Programa MS Acolhe e Protege, com o objetivo de reforçar o efetivo da Polícia Civil, visando atender com maior eficiência às demandas relativas à violência doméstica no território sul-mato-grossense. Entre as medidas, o Governo anunciou o pagamento de 200 reais pelo plantão

de 12 horas para os policiais civis. Segundo os servidores, este valor está muito abaixo da expectativa. Pelos cálculos do Sindicato dos Policiais Civis, um plantão deveria chegar a 656 reais. Então, os 200 reais pagos ficaram muito aquém do valor esperado pelos policiais. Estamos pedindo ao Governo que reveja essa situação, porque os policiais estão sendo alocados na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, com plantão de 12 horas. Dentro daquela discussão que foi feita para melhorar o protocolo de atendimento às mulheres vítimas de violência, é importante que esses policiais tenham uma valorização profissional para atuarem com dedicação e eficiência nesse trabalho tão importante do atendimento às mulheres vítimas de violência. Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Eu não poderia deixar de registrar hoje notícias importantes, que revelam como a economia do nosso país é forte, deputado Paulo Corrêa. Como o nosso Brasil é uma potência! Mesmo em pleno 'tarifaço' que os Estados Unidos impuseram sobre os nossos produtos, nós estamos aumentando as exportações no mercado internacional. Hoje foi divulgado o índice de desemprego no Brasil que ficou em 5,6%. É mais uma queda no índice de desemprego. Essa excelente notícia deve ser divulgada por todos. O emprego é o melhor programa social que existe para garantir que as famílias tenham segurança alimentar, segurança na saúde, e em todas as áreas. O índice de desemprego é baixo e deve ser comemorado. E, ontem, deputado Paulo Corrêa, o dólar no Brasil ficou 5,32. Olha só! Já dá para ir ao Shopping China, ao Shopping Dubai. São notícias animadoras que mostram que o Brasil está no rumo certo. Desemprego em queda, economia crescendo, queda no preço dos alimentos, algo muito importante. Essa notícia precisa ser comemorada. Quero fazer esse registro e, nas outras sessões, com certeza, estarei trazendo outras notícias importantes e positivas para o nosso país. Muito obrigado, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Senhor presidente, eu vim apresentar uma moção de congratulação à Federação da Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul. Eu estive presente lá com Vossa Excelência e alguns deputados estaduais. Quero congratular esta Casa e o senhor Marcelo Betoni, que foi reeleito presidente da Famasul, e os produtores rurais Maurício Saito, de Itaporã, que é vice-presidente, Frederico Estela, de Aquidauana, diretor-tesoureiro, e Fábio Olegário Caminha, de Maracaju, diretor-secretário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Essa posse foi bem representativa. A Federação é de grande importância para o nosso estado. Eu gostaria de solicitar permissão para assinar a moção ou que o senhor nos permita a transformar em nome da Casa.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Eu permito as duas coisas, senhor presidente. O senhor decide. Tudo o que está acontecendo demonstra a força do nosso agronegócio.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Atendendo ao pedido da deputada Mara Caseiro, vamos transformar a moção em nome da Casa.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — OK. Presidente, eu tenho ainda outras moções. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao prefeito de São Gabriel do Oeste, Leocir Montanha, pela realização da 29ª edição da Festa do Leitão no Rolete. Eu peço que esta moção também seja transformada em nome da Casa. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao senhor Peter, patrão do Clube de Laço Atacama, ao prefeito municipal de Maracaju, senhor Marcos Caldeirão, e aos vereadores Renner Barbosa e Joãozinho Rocha. Nós fomos lá no 1º Encontro do Laço Solidário em prol do Hospital Municipal Soriano Corrêa da Silva, entregamos uma caminhonete para a Secretaria de Assistência Social do município de Maracaju, fruto de emenda de minha autoria. Da mesma forma, quero agradecer à presidência do Atacama, que, junto com o prefeito, realizou este leilão solidário para ajudar o Hospital Municipal de Maracaju. Essas eram as minhas indicações. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados e todos os presentes nesta Sessão! Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada a moção de pesar à senhora Lana Adriele Campos Aguirres e aos seus filhos, Natasha Gabriela Ajara Aguirres, Fernando Ajara Aguirres e Luiz Felipe Ajala Aguirres, extensiva aos familiares e amigos, em decorrência do falecimento do senhor André Luiz Monteiro Aguirres, ocorrido no dia 9 de setembro de 2025. Ele era um amigo de longa data, um dos precursores aqui do hip-hop do Falange da Rima. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada a moção de congratulação, com muita satisfação, ao grupo de balé do Projeto Asas do Futuro, extensiva a todas as bailarinas e à diretoria do projeto, pela participação na 30ª edição do Festival de Dança do Mercosul, realizada em Puerto Iguazu, na Argentina. "A Assembleia Legislativa, por iniciativa do deputado estadual Paulo Duarte, congratula o grupo de balé do Projeto Asas do Futuro. Um dos eventos mais importantes da província de Misiones, foi liderado e organizado pela professora Norma Pellegrini, que trabalha durante onze meses para selecionar os melhores bailarinos do Mercosul e reuni-los para uma competição única. Este ano, o evento ocorreu nos dias 3 a 7 de setembro, no Centro Esportivo Municipal Daniel Pinoff, no período matutino, e foram oferecidos cursos e treinamentos para professores e alunos de diferentes disciplinas. Anualmente, o festival oferece cinco dias intensos com os melhores bailarinos do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina. Os bailarinos se destacam nas modalidades de dança clássica, contemporânea,

jazz contemporâneo, hip-hop, folclore e dança do ventre. No ano passado, foi adicionada a modalidade gospel, na qual os bailarinos podem dançar qualquer ritmo, mas com música cristã. Renovando os votos de pleno sucesso na trajetória, parabenizo mais uma vez o grupo de balé do Projeto Asas do Futuro, extensiva a todas as bailarinas e à diretoria do projeto." Estão aqui no Plenário a Jaque, a Cris, o Cristiano, a Glau. Em seus nomes, Jaque e Glau, agradeço a todos os envolvidos neste projeto. Quero dizer que é uma honra conhecer esse projeto há mais de vinte anos. É muito importante o trabalho que vocês fazem no Dom Antônio Barbosa e região. Meus parabéns! É com grande satisfação que vou entregar daqui a pouco essa homenagem a vocês. Parabéns! Sigam em frente! Eu tenho orgulho de estar ao lado de vocês.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos também, com pesar, o falecimento do amigo Norton Furtado, aqui do gabinete do deputado Renato Câmara. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Bom dia, presidente, deputado Gerson Claro, colegas parlamentares, visitantes e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS! Eu quero encaminhar uma indicação que chegou ao nosso gabinete através de um grande amigo, ex-vereador de Tacuru, advogado e atual procurador da Câmara de Tacuru. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder às autoridades competentes, solicitando, com urgência, a recuperação de toda a extensão da MS-160, rodovia que liga os municípios de Tacuru a Sete Quedas. A via encontra-se totalmente deteriorada, com enormes erosões, ocasionando risco iminente de acidentes, inclusive com vítimas fatais. O procurador, mesmo não estando com mandato de vereador, continua atuante, sempre preocupado com as demandas daquela região. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópia ao diretor-presidente da Agetran, senhor Paulo da Silva, solicitando a implantação de faixa elevada para travessia de pedestres, ou lombofaixa, na rua Rui Barbosa, número 3.633, em frente à Santa Casa de Campo Grande. A presente proposição decorre da verificação *in loco* pela nossa equipe de assessores parlamentares, que, ao visitar o local, observou as dificuldades de funcionários, pacientes, cadeirantes, pessoas com mobilidade reduzida e familiares dos usuários da Santa Casa das pessoas em atravessar a rua com segurança. Por último, quero apenas registrar o triste fim que levou à vida do defensor público doutor Guilherme Cambraia, que, infelizmente, tirou sua própria vida, na madrugada de sábado, aqui em Campo Grande. Percebemos que, infelizmente, entre as patologias que mais afetam a nossa sociedade — principalmente neste mundo conturbado em que vivemos e, talvez, impulsionado também pelas sequelas pandemia — estão as psicossomáticas. O defensor era um amigo nosso, deputada Mara Caseiro; nós estivemos juntos em muitos momentos. Infelizmente, ele se jogou do 9º andar do seu apartamento, localizado ali na rua Sete de Setembro, na madrugada de sábado. Isso nos entristece profundamente. Não há palavras para descrever este momento de dor e também de saudade que a família e aqueles que tiveram a oportunidade de conviver com o doutor



Guilherme estão passando. Portanto, nossa solidariedade a todos. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado!

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

**DEPUTADO HASHIOKA** (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, caros deputados, senhoras e senhores e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems! Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, com cópia autônoma ao senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, solicitando, em regime de urgência, o recapeamento da rodovia MS-475, no trecho entre o entroncamento da BR-376 e o distrito de Guaçulândia (extensão de 10 quilômetros), no município de Glória de Dourados. A presente indicação, de minha autoria, em conjunto com o deputado Londres Machado, atende a uma demanda dos vereadores Cláudia Regina Marangoni e Milton César Gomes, do município de Glória de Dourados. A rodovia se encontra em condições críticas de conservação, com numerosos trechos danificados, buracos e falhas, o que compromete a segurança dos motoristas. Era isso, presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Bom dia, senhor presidente, caros colegas deputados e público que nos acompanha! Eu vim apresentar um projeto de lei. Dispõe sobre o acesso, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, a medicamentos agonistas do receptor GLP-1, GIP, e GLP-1 (liraglutida, semaglutida e tirzepatida) para tratamento de obesidade e condições clínicas associadas, e dá outras providências. Artigo 1º - Esta lei dispõe sobre o acesso a medicamentos industrializados contendo os princípios ativos de liraglutida, semaglutida e tirzepatida para tratamento de obesidade mórbida e condições clínicas associadas, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme regras definidas na Resolução nº 2.429/2025, do Conselho Federal de Medicina. Parágrafo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a fornecer o medicamento que trata o *caput*, em caráter de excepcionalidade, conforme protocolo clínico e diretrizes terapêuticas (PCDT), a ser estabelecido pela Secretaria de Estado de Saúde – SES. Parágrafo 2º - Caberá à Secretaria de Estado de Saúde (SES) regulamentar os casos e as hipóteses de dispensação e estabelecer o PCDT aplicável, observadas as indicações aprovadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), nas respectivas bulas. Parágrafo 3º - A dispensação deverá estar amparada por prescrição médica válida, contendo a descrição da doença, da síndrome ou do transtorno, com referência ao Código Internacional de Doença (CID), e demais informações clínicas definidas no PCDT, inclusive critérios de início, manutenção e suspensão do tratamento. Artigo 2º - Os medicamentos de que trata esta lei somente poderão ser fornecidos quando em conformidade com o registro sanitário e demais

normas da Anvisa, sendo vedado o fornecimento de produtos sem registro ou em desconformidade regulatória. Artigo 3º - O acesso aos medicamentos previstos nesta lei dependerá do cumprimento dos requisitos estabelecidos no regulamento, bem como do parecer técnico da SES, podendo ser exigido registro em sistema eletrônico, monitoramento de efetividade e segurança, e termos de ciência pelo paciente. Artigo 4º - Compete à SES verificar se os medicamentos se enquadram nos parâmetros fixados nesta lei e pelas normas da Anvisa antes de seu fornecimento. Artigo 5º - A SES, no prazo de sessenta dias a partir da entrada em vigor desta lei, instituirá a condição de trabalho para implementar as diretrizes para acesso aos medicamentos de que trata esta lei e acompanhar sua execução. Parágrafo 1º - A condição de trabalho terá caráter permanente e ficará responsável pela análise de atualizações dos protocolos e das diretrizes terapêuticas, inclusive quanto à efetividade, segurança e custo-efetividade. Parágrafo 2º - O dirigente máximo da SES, por meio de resolução normativa, instituirá a comissão de trabalho, estabelecendo sua composição, forma de atuação, prazos, condições e procedimentos para atualização do PCDT. Senhor presidente, em resumo, estamos inscrevendo no SUS, no âmbito do Estado do Mato Grosso do Sul, as 'canetas emagrecedoras'. Por que estamos fazendo isso? Existem casos de obesidade mórbida. Não estamos incluindo todos os pacientes que precisam emagrecer e têm problema com obesidade. É apenas para os casos e nas hipóteses de obesidade mórbida, que é menos de 1% da população. Está comprovado que canetas emagrecedoras (como o Mounjaro e outros) têm uma efetividade muito maior do que a cirurgia bariátrica, com custo e efeito menores para o SUS. Além disso, senhor presidente, nós temos um precedente nesta Casa, de propositura do deputado Pedro Kemp, de inclusão do canabidiol no conjunto de medicamentos que podem ser oferecidos pelo SUS. Evoluímos nessa discussão, o projeto de lei foi aprovado, inclusive discussões com relação a eventual questão de iniciativa, de impacto orçamentário, todas as questões dessa natureza jurídicas foram superadas por esta Casa de Leis. Eu quero inaugurar esse debate aqui nesta Casa. Obesidade mórbida é um tema de saúde pública. Isso aqui não é uma questão de estética, não é uma questão pequena, não é superficial, não é supérfluo, isso aqui é saúde pública e está todo mundo utilizando. Ocorre que a maioria das pessoas não tem acesso ao custo deste medicamento. As pessoas que têm obesidade mórbida têm direito à vida. Mato Grosso do Sul vai ser destaque nacional ao aprovar esta proposta. Pedimos o apoio dos nossos colegas. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Junior Mochi.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Senhora presidente, senhores deputados, imprensa, público que nos assiste, público que nos prestigia este Plenário e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Assembleia e pelas redes sociais, bom dia! Senhora presidente, eu faço uso do Pequeno Expediente para apresentar duas indicações. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando a doação de duas motocicletas e um veículo para serem utilizados nas demandas junto às aldeias indígenas

no município de Laguna Carapã, em atenção ao pedido formulado pelo prefeito Itamar Bilibio, do município de Laguna Carapã. Ofício anexo. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder, por meio de cópias autônomas, aos senhores Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, e Paulo Malacrida, diretor-geral de Infraestrutura, Administração e Apoio Escolar da Secretaria de Estado de Educação, solicitando que seja analisada a possibilidade de designar inspetores de pátio para a Escola Estadual Thomaz Barbosa Rangel, em Rio Verde de Mato Grosso, em atendimento à solicitação do vereador Laurindo Marquezan, da Câmara Municipal de Rio Verde. Documento anexo. Pela ordem, senhora presidente.

**PRESIDENTE** (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Pela ordem, o deputado Junior Mochi.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Eu quero apenas apresentar dois vídeos. Trata-se de um motivo de orgulho para Mato Grosso do Sul. No último domingo, no Campeonato Brasileiro da Juventude, para jovens de quinze a dezessete anos, o vencedor da prova de ciclismo foi um atleta do nosso estado, da cidade de Coxim. Eu recebi da mãe o vídeo referente à finalização do *sprint*. Na hora da entrega da medalha, a bandeira de Mato Grosso do Sul foi colocada em primeiro lugar no pódio, o que foi muito bonito. Peço que a minha assessoria coloque o vídeo. [Execução de vídeo]... A Copa da Juventude foi realizada em Brasília, no último domingo. Mato Grosso do Sul ficou em primeiro no pódio. Amanhã, eu apresentarei a moção de congratulação. Eu sei da grande dificuldade pela qual os pais do nosso atleta, pessoas humildes, passam para apoiar o filho. Falei com ela há pouco, e ela disse: "A bicicleta quebrou. Foram muitos tombos. Nós passamos por muitas dificuldades nos quatro dias, mas a medalha valeu a pena." Ele é um dos atletas cotados para participar do próximo Pan-Americano e das Olimpíadas. Provavelmente, nós teremos um representante na Confederação Brasileira de Ciclismo.

**PRESIDENTE** (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Parabéns ao Pedro Lucas Dourado por representar Mato Grosso do Sul e por essa premiação. Que esta conquista sirva de estímulo para muitos jovens do nosso estado.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Pela ordem, presidente.

**Presidente** (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Presidente, eu quero pedir a reinclusão na pauta dos requerimentos de informação que fizemos na semana passada: Requerimento nº 2.641/2025; Requerimento nº 3.130/2025 e Requerimento nº 3.131/2025. Obrigado, presidente.

**PRESIDENTE** (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Atendida a sua reivindicação. Serão incluídos. Não há mais oradores inscritos...

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Pela ordem, presidente.

**PRESIDENTE** (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Pela ordem, o deputado Professor Rinaldo.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Eu gostaria apenas de registrar que ontem eu e o deputado Pedrossian Neto representamos esta Casa na inauguração da conclusão da primeira etapa da reforma do Pronto-Socorro da Santa Casa. Desejo me congratular com a diretoria, em especial com a doutora Alir Terra Lima, que tem realizado um trabalho extraordinário. Todos sabemos da importância da Santa Casa no atendimento à saúde, não apenas de Campo Grande, mas de todo o Centro-Oeste, inclusive de países vizinhos, já que o nosso sistema SUS é reconhecido mundialmente como um dos melhores, apesar das dificuldades. A Santa Casa, ao longo de sua história, tem enfrentado muitos desafios, muitas vezes por falhas de gerenciamento da Capital, que possui gestão plena da saúde. Essa situação gera confusão: muitos acreditam que a Santa Casa seja um hospital municipal, quando, na verdade, é uma instituição filantrópica. Apesar disso, a doutora Alir Terra tem se desdobrado. Eu mesmo já participei de diversos eventos sociais em prol da instituição. Ontem, representando esta Casa, fiquei impressionado: até o dia 15 de agosto, deputado Pedro Kemp, por meio de jantares beneficentes, doações e outras ações, foram arrecadados quase 700 mil reais para a obra que custou 2,5 milhões de reais. Eu estive no local, junto com o deputado Pedro, e pude constatar a qualidade dos equipamentos e da infraestrutura, aspectos fundamentais para se oferecer um atendimento digno. Acredito que toda a classe política deve reconhecer a importância da Santa Casa e compreender seus desafios. Todos os setenta e nove prefeitos do estado deveriam observar de perto a forma como os atendimentos são realizados. Quando se trata de casos de alta complexidade, até mesmo os planos de saúde privados não conseguem absorver a demanda, e o atendimento recai sobre a Santa Casa. Lembro-me de uma ocasião em que o doutor Luiz Ovando, médico da instituição, e o ex-reitor da Uniderp Pedro Chaves declararam publicamente: "Se um dia passarmos por dificuldades de saúde, queremos ser levados para a Santa Casa". Isso mostra a confiança e o respeito que a instituição inspira. Ontem, fiquei maravilhado com a capacidade de liderança da doutora Alir Terra e de toda a sua diretoria técnica. É fundamental que os deputados conheçam esta primeira fase da obra entregue ontem no pronto-socorro. Há algum tempo, eu encontrei lá o doutor Marcos, e soube que ele é coordenador do setor há 25 anos. E o conheci ainda na universidade; depois ele se formou, fez sua especialização e hoje continua à frente do Pronto-Socorro, onde chegam pacientes em estado grave, muitas vezes mutilados. Ele dedica sua vida a esse trabalho. Antigamente, não havia macas suficientes, e muitos pacientes eram atendidos no chão. Por meio de uma emenda modesta, comparada à dos parlamentares federais, conseguimos doar doze macas, melhorando significativamente as condições de atendimento. Quero parabenizar novamente a doutora Alir Terra, toda a sua equipe e os servidores — engenheiros, eletricitas, pedreiros e funcionários da própria Santa Casa — que participaram da reforma. Espero que a união entre Governo Federal, Governo Estadual e Prefeitura de Campo Grande continue a garantir recursos para a instituição, responsável por grande parte da alta complexidade em saúde no estado. Foi uma honra representar os



colegas deputados na entrega da primeira etapa do Pronto-Socorro da Santa Casa, que atende todos que dela necessitam...

**PRESIDENTE** (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Fica registrado...

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — ... Ela começou, deputada Mara, com o nome de Santa Casa de Misericórdia; e *córdia* tem a ver com *coração*, e *miséria* tem a ver com *dor*. Então, mais do que nunca, é preciso que aqueles que cuidam de gente sintam a miséria do outro no seu coração. Eu espero que um dia a gente possa ver a Santa Casa não precisar fazer almoço, jantar ou eventos para angariar recursos para atender os hipossuficientes, aqueles que mais precisam. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Sem dúvida, deputado Professor Rinaldo. A gente sabe da importância da Santa Casa no atendimento à saúde de todo o nosso estado. Parabenizo a diretora Alir e toda a equipe da Santa Casa por essa realização, pela entrega do Pronto-Socorro. Com certeza, isso trará muitos benefícios para os pacientes. Quero registrar a presença do vereador Bruno de Oliveira, do município de Coronel Sapucaia, e da vereadora Rosa Soares da Silva, também do município de Coronel Sapucaia. Sejam muito bem-vindos! Não há mais oradores inscritos. Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (\*De autoria do deputado Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 03395/2025). De autoria do deputado Caravina: duas indicações (Prot. nºs 3377/2025, 03379/2025); um projeto de lei (Prot. nº 03432/2025). De autoria do deputado Junior Mochi: três indicações (Prot. nºs 03425/2025, 03426/2025, 03427/2025); três projetos de resolução (Prot. nºs 03390/2025, 03391/2025, 03393/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: três indicações (Prot. nºs 3383/2025, 03382/2025, 03381/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 03398/2025); um projeto de resolução (Prot. nº 03385/2025). De autoria do deputado Lidio Lopes: uma indicação (Prot. nº 03380/2025). De autoria do deputado Lucas de Lima: cinco indicações (Prot. nºs 3411/2025, 03418/2025, 03417/2025, 03416/2025, 03412/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: duas indicações (Prot. nºs 3415/2025, 03414/2025); um projeto de lei (Prot. nº 03410/2025). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma indicação (Prot. nº 03396/2025). De autoria do deputado Paulo Corrêa: três moções de congratulação (Prot. nºs 3392/2025, 03394/2025, 03397/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 03429/2025, 03428/2025); um projeto de resolução (Prot. nº 03430/2025). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma moção de pesar (Prot. nº 03376/2025); dois projetos de resolução (Prot. nºs 3434/2025, 03433/2025). De autoria do deputado Professor Rinaldo: três indicações (Prot. nºs 03408/2025, 03409/2025, 3453/2025). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 03378/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 3413/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 3419/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: uma indicação (Prot. nºs 03369/2025); dois requerimentos (Prot. nºs 3388/2025, 03389/2025). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma indicação (Prot. nº 03424/2025); duas moções de congratulação (Prot. nºs 3420/2025, 03421/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: três indicações (Prot. nºs 03402/2025, 03403/2025, 03404/2025).).

Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida...

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Pela ordem, senhora presidente.

**PRESIDENTE** (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Eu quero justificar a ausência do deputado Zeca do PT nesta Sessão. Ele encontra-se no Assentamento Santa Mônica. Inclusive, ele não pôde participar da Sessão de forma virtual por causa do sinal de internet.

**PRESIDENTE** (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Ausência justificada, deputado. Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB)** — Senhora presidente, por solicitação da deputada Lia Nogueira, eu vou inverter meu tempo com ela.

**PRESIDENTE** (deputada Mara Caseiro - PSDB) — OK. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Vossa Excelência dispõe de nove minutos para o seu pronunciamento.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB)** — sem revisão da oradora — Bom dia, mais uma vez, presidente e colegas parlamentares! Quero agradecer ao deputado Junior Mochi pela gentileza de me ceder o seu tempo. O que me traz aqui hoje é o caso lamentável que ocorreu na madrugada de hoje na UPA de Dourados. Dourados tem mais de 200 mil habitantes, mas é uma cidade que tem apenas uma UPA 24 horas para atender os usuários do SUS de Dourados e de mais trinta e três municípios da macrorregião. Na madrugada de hoje, um paciente em surto promoveu um "quebra-quebra" na UPA, um fato absurdo, mas, na verdade, foi uma tragédia já anunciada. Em novembro do ano passado, eu apresentei aqui na Assembleia uma indicação para que houvesse, em Mato Grosso do Sul, um plano permanente de segurança para as UPAs e os postos de saúde que funcionam em horário estendido, à noite, durante a madrugada, porque esses casos ocorrem tanto na rede privada quanto na rede pública. No entanto, a gente percebe uma gravidade muito maior nas unidades que têm cobertura via SUS. O que tem ocorrido também é que no nosso estado estamos tendo uma terceirização da culpa: médicos, técnicos de enfermagem e enfermeiros estão sendo culpabilizados, deputado Paulo Duarte, por uma falha que é do sistema, por falta de gestão. O insumo que falta, um equipamento que está quebrado ou danificado, o médico que falta na UPA, no postinho, e o paciente, irado — com razão também, porque tem o seu direito a uma saúde de forma digna e humanitária —, acaba por repassar essa culpa a quem, na verdade, está na linha de frente salvando vidas. E eu quero chamar atenção para os números: Mato Grosso do Sul é o segundo estado do Centro-Oeste com o maior número de casos de violência contra médicos. Em nosso estado, 80% da área da enfermagem é composta por mulheres, em sua maioria, mães solo, mulheres que sustentam

seus lares, que, muitas vezes, deixam seus filhos sozinhos em casa para cumprir o ofício de salvar vidas, e não sabem se vão voltar para seus lares. Nós vamos exibir agora um vídeo. Eu gostaria que os senhores e as senhoras prestassem atenção na fala dessas profissionais. Uma delas diz: "Eu me tranquei no banheiro com uma amiga para não apanhar de novo". Ou seja, ela já tinha sido vítima de violência. [Exibição de vídeo]... Se vocês notaram, no canto, há uma paciente em uma maca; e quando o quebra-quebra começou, as profissionais se esconderam no banheiro. Logo depois, como eu disse, não vamos expor as imagens, mas há um vídeo que está circulando nas redes sociais em que aparece o jovem quebrando tudo, e o detalhe é que ele, por pouco, não teve acesso à área amarela, onde ficam os pacientes em situação mais grave. Agora pela manhã, a Polícia Civil foi acionada. E, pasmem os senhores e as senhoras, a única UPA de Dourados está com a área verde fechada na manhã de hoje! Onde é que os pacientes vão buscar atendimento de urgência agora pela manhã? A área verde da UPA teve que ser fechada porque, neste momento, está ocorrendo a perícia, e houve danos ao patrimônio público: equipamentos, insumos, tudo foi destruído. Eu chamo a atenção deste Parlamento porque episódio como esse, deputada Mara, não se restringe a Dourados, já ocorreram casos semelhantes aqui na Capital também, profissionais foram agredidos em UPAs e em postos de saúde. Ano passado, no município de Douradina, um médico foi morto com um golpe de faca por um paciente em surto. O crime ocorreu porque o médico se negou a emitir um atestado. É preciso refletir sobre a situação da saúde no estado. Mês passado, nós criamos aqui a Frente Parlamentar em Defesa dos Profissionais de Saúde e, salvo engano, catorze parlamentares assinaram a proposta. Quero aproveitar o momento e fazer um apelo: passou da hora de Mato Grosso do Sul ter um plano de segurança permanente para garantir a integridade física e moral dos profissionais da saúde e dos pacientes. E quero aproveitar o momento para convidar os nobres pares que assinaram a proposta de criação da Frente Parlamentar, da qual sou autora, e aqueles que não puderam assiná-la, para participarem da nossa reunião, na próxima semana, quarta-feira, às 14 horas. Será a primeira reunião da Frente Parlamentar em Defesa dos Profissionais de Saúde de Mato Grosso do Sul. Já convidamos todos os representantes das categorias e também do Ministério Público. Inclusive, eu já apresentei um requerimento hoje, solicitando que o MP apure o episódio que ocorreu em Dourados. É o momento de os Poderes constituídos darem as mãos e trazerem para esta Casa de Leis e buscarem políticas públicas efetivas junto ao Executivo, para que não presenciemos mais esse tipo de coisa. Nós vamos aguardar o quê? Que o pior ocorra? Veremos mais profissionais agredidos? Teremos mais um caso de assassinato de profissional de saúde no estado? Nós não queremos isso. A Assembleia Legislativa é fundamental nesse processo. Pois não, deputado Professor Rinaldo...

**PRESIDENTE** (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Deputada Lia e deputado Rinaldo, apenas para observar que o tempo acabou; mas o senhor pode fazer seu aparte.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — OK. Deputada Lia, Vossa Excelência traz um assunto preocupante. Já faz algum tempo que a gente nota a existência desse problema, não só na área da saúde, mas em outras áreas também. Portanto, quero me somar a Vossa Excelência e me colocar como signatário deste documento. Só para

finalizar, digo o seguinte: imagine a cabeça de um médico, que condições psicológicas ele tem hoje para atender alguém e, ao mesmo tempo, não saber se uma intervenção sua ou uma fala sua mal interpretada pode fazer com que o paciente se sinta no direito de agredi-lo moral ou fisicamente? Foi o que aconteceu com aquele médico em Douradina. É realmente preocupante. Eu tenho uma filha que se formou em Medicina e que está fazendo residência. Ela, inclusive, formou-se junto com a filha do deputado Pedro Kemp. A gente sempre conversa. E a minha outra filha é advogada, está chegando da Itália amanhã, ela trabalha em parceria com uma médica de São Paulo, justamente sobre a questão do direito médico. É lamentável ver que chegamos ao ponto de os médicos precisarem de segurança jurídica para trabalhar. Precisamos garantir segurança para os profissionais da saúde. Obrigado.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (Podemos) — Obrigado, deputado. Obrigada, presidente.

**PRESIDENTE** (deputada Mara Caseiro - PSDB) — O tema é muito importante. Já são 11 horas. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Solicito ao primeiro-secretário, deputado Pedro Kemp, que faça a verificação de quórum.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhora presidente, há vinte e um deputados presentes; portanto, há quórum para deliberação.

**PRESIDENTE** (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 072/2024. Autor: deputado Roberto Hashioka. "Torna obrigatória a apresentação de Certidões de Antecedentes Criminais para recebimento de recursos públicos estaduais." A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 072/2024, de autoria do deputado Roberto Hashioka.

**Presidente** — deputada Mara Caseiro (PSDB).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.



**DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.**

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.**

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.**

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.**

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.**

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezessete votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Aprovado...

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Pela ordem, presidente.

**PRESIDENTE** (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Roberto Hashioka.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Eu quero agradecer os votos dos colegas parlamentares, os quais entenderam que este projeto visa à regulamentação de um requisito para aqueles que utilizam recursos públicos para cuidar de crianças.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Para justificar meu voto, senhora presidente.

**PRESIDENTE** (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Para justificar seu voto, o deputado Professor Rinaldo.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — O deputado Roberto Hashioka apresentou uma proposta bastante relevante. Certa vez, alguém me pediu uma emenda parlamentar para um projeto social, e, quando pedi para verificar a ficha do cidadão, descobri que ele tinha problemas com a justiça relativos à violência doméstica e um Boletim de Ocorrência referente a abuso sexual infantil. Um projeto nessa direção vai permitir que todas as pessoas que utilizem recurso público passem por uma avaliação, garantindo que não tenham problemas judiciais. Este projeto vem em bom momento. Precisamos, mais do que nunca, proteger as famílias e as crianças. Quem tem problemas com a Justiça não pode atuar nessa área, e muito menos receber recurso público para investir. Voto sim.

**Presidente** (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 2. Projeto retirado de pauta por solicitação do autor. Item 3. Projeto retirado de pauta por motivo de ausência do autor. Item 4. Projeto de Resolução nº 034/2025. Autor: deputado Gerson Claro. "Concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense a quem especifica." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão. Encerrada a discussão... Em votação.

Projeto de Lei nº 00034/2025, de autoria do deputado Gerson Claro.

**Presidente** — deputada Mara Caseiro (PSDB).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**GERSON CLARO** (PP) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.**

**DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.**

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.**

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.**

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.**

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.**

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadão ao senhor Ricardo João Santin. Vai ao Expediente. Item 5...

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) —** Pela ordem, presidente. Eu quero pedir vista do Item 5, porque tenho uma dúvida de caráter regimental.

**PRESIDENTE** (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Concedido, deputado João Henrique. Passemos ao Item 6. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 197/2025. Autor: Poder Judiciário. "Dispõe sobre a reorganização das serventias notariais e de registros na comarca de Glória de Dourados." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Pela ordem.

**PRESIDENTE** (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Pois não.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Eu gostaria de fazer um registro. Hoje, o deputado Jamilson Name está fazendo quarenta e cinco anos, exatamente a idade do seu "ex-futuro" partido.

**PRESIDENTE** (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Parabéns, deputado Jamilson Name! Que Deus lhe traga muita saúde, muita sabedoria e prosperidade! Em votação.

Projeto de Lei nº 197/2025, de autoria do Poder Judiciário.

**Presidente** — deputada Mara Caseiro (PSDB).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.



**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.**

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.**

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Encerrada a votação.  
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputada Mara Caseiro - PSDB) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 7. Em discussão única e votação simbólica. "Nove indicações e duas moções de congratulação." Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Não havendo oposição, dou-as por aprovadas. Não há moções de pesar. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Eu também já transferi. Não há mais oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a Sessão. Está encerrada a presente Sessão (11h16min).